

\* 8 OUT 1989

# Tenha coragem, presidente!

Seria proclamar o óbvio afirmar que a situação brasileira é grave. Não seria patente, no entanto, dizer que os candidatos à Presidência da República, por considerar que estão navegando entre Scylla e Caribides, preferem nada dizer sobre ela e sua solução. Com seu silêncio, que na verdade esconde a atitude clássica do avestruz, esperam que o tempo passe sem maiores transtornos e assim possam chegar a março do ano próximo navegando em mar tranquilo, velas enfiadas a tripulação bem alimentada e certa de que encontrará a segurança do porto. Enganam-se, porém, porque não há quem seja capaz de impedir que a desconfiança que encapela o mar institucional acabe se instalando de vez na República.

Os candidatos estão de olhos postos em 15 de março, na expectativa de até lá poder terminar seus programas (estimando uma inflação administrável) e compor seus ministérios com maiores ou menores concessões às forças políticas representadas no Congresso. Alguém perguntou aos agentes econômicos — desde a humilde dona de casa depositante de caderneta de poupança até o megainvestidor (para não dizer o especulador) — se seu referencial é também o 15 de março de 1990?

A crise deu sinais de sobra de que começa a ser incontornável — o primeiro dos quais é a sensação generalizada de que não há governo, ou melhor, de que o governo só existe nas "conversas ao pé do rádio", ou nas reuniões do ministro da Fazenda com os empresários para ver se eles aceitam um tabelamento que não leva esse nome, a fim de impedir que a inflação seja maior do que se teme venha a ser. Outra evidência está no comportamento do mercado alternativo, que, se reflete manobras de especuladores, traduz também incertezas generalizadas. Aliás, é preciso ter presente que o especulador só age quando há ambiente propício para tanto.

Se alguém dissesse, na Inglaterra, que a rainha Elizabeth ou a sra. Thatcher iriam falar à Nação, ninguém correria a comprar ouro. O máximo que faria seria informar-se junto às redações dos jornais, ou aos serviços de imprensa oficial, ou então daria de ombros, pois não há ameaça de guerra, nem de greve geral, nem de crise no Partido Conservador ou na Casa Real. No Brasil, basta um gaito, de caso pensado ou por pura malandragem, dizer que Sarney ocupará uma cadeira de rádio para que se imagine que vai ser baixado um choque heterofixo, que o presidente vai renunciar, que o ministro Mailson foi embora. Então, antes de se informar, todos correm atrás do espertalhão, que é fonte de verdade porque o País não tem padrões políticos de referência.

Ora, isso acontece porque todos sabem que o governo acabou. Ou que, se existe, é para autorizar obras que a opinião pública não aceita sejam feitas, ainda que de grande utilidade futura. Os candidatos também sabem disso, mas têm medo de dizê-lo; têm pavor de que se saiba disso porque então se colocará para eles a mais ingente das tarefas, que é a de ter de assumir o governo logo, para impedir que a hiperinflação os apanhe despre-

venidos, e, em março, sejam obrigados a ter a coragem de Carlos Saul Menem e aceitar que a atividade econômica esteja estagnada — em troca da esperança enorme que difundiu de que dentro em breve a Argentina será de novo motivo de orgulho.

Se os candidatos têm receio de propor uma solução, cabe à Imprensa dizer qual é. Já o fizemos várias vezes e sentimo-nos obrigados a repeti-la agora, quando a escalada do dólar no paralelo, motivada que seja por especuladores e espertalhões, começa a abalar a confiança de todos: o presidente da República deve transmitir o cargo a seu sucessor no dia imediato a que se conhecer o resultado das urnas!

Não inventem os juristas do Planalto questiúnculas constitucionais baseadas num artigo das disposições transitórias; nem os candidatos invoquem dificuldades de constituir um Ministério, ou de fazer um programa, dada a necessidade de conhecer números que só o Executivo tem. Muito menos se venha com essa hipótese bem brasileira, "jeitosa", de o próximo presidente começar a governar ao lado do atual, de janeiro a março, para que haja uma transição lenta e gradual. Que acontecerá daqui até março se a hiperinflação se instalar de repente, como sói acontecer? Se os especuladores são capazes de levar o dólar ao patamar que querem e fazê-lo cair no dia seguinte para com isso realizar lucros; se o Banco Central, para evitar isso, é forçado a aumentar as taxas de juro; se os bancos já não encontram a quem emprestar porque ninguém confia na própria capacidade de pagar, pois não sabe como será a inflação amanhã, quem garante que conversas em Brasília, que pouco ou nenhum resultado produzem, evitarão o pior?

Malgrado o ranço marxistóide que impregnou muitos intelectuais e até empresários, que consideram a economia determinante, continuamos considerando que razão tinha quem afirmou, enfático: *Politique d'abord!* O político é a confiança dos agentes econômicos no governo. O político é um governo eficaz. O político é a certeza de todos de que ao se reclamar justiça ela será feita. Existem estes pontos de referência no Brasil? Ou, pelo contrário, foi quando se verificou que o governo não era eficaz que se perdeu a confiança nele? Ou não foi quando se viu que os atrasos da Justiça impediam a satisfação do direito de cada um que igualmente se perdeu a confiança nas instituições e, nelas, no governo? Os agentes econômicos e os partidos políticos não acreditam mais no governo como um todo, embora depositem confiança pessoal em um ou dois ministros. Por isso é que os especuladores podem agir — afora saberem que não há mais força capaz de impedir a expansão da base monetária, como demonstramos ainda ontem.

Os sinais são pressagos demais para que o presidente Sarney continue provincianamente agarrado a seu cargo. Perdeu várias vezes a oportunidade de ter um gesto de grandeza, e a última delas foi quando reclamou, batalhou, exigiu que seu mandato fosse de cinco anos. Depois de confir-

mado na sua ambição, disfarçada de renúncia a um ano que lhe fora conferido pela Carta anterior, ao invés de fazer um governo que inspirasse confiança, deixou que sua autoridade se fosse esvaindo com o resultado que hoje aí está — de popularidade relativamente alta em algumas pesquisas e de um mercado que sucumbe ao primeiro rumor.

É difícil acreditar que o presidente, desejoso de não pretender ser forçado a renunciar sob a força das circunstâncias, como o sr. Raul Alfonsín, decida, antes de ser cobrado pela História, renunciar, transferindo o mandato a seu sucessor eleito pelo povo (os pormenores constitucionais serão fáceis de resolver na eventualidade de o fato ocorrer). Há, no entanto, de acreditar *in extremis* que o presidente receba iluminação suficiente para entender que a economia não suporta essas 20 e poucas semanas que nos separam do 15 de março. Se Deus fosse brasileiro — e parece ter deixado de sê-lo há alguns anos — permitiria que as forças políticas chegassem a acordo que viabilizasse a eleição de um candidato merecedor do apoio e da confiança da Nação logo no primeiro turno. E iluminaria o presidente Sarney para que entregasse o poder assim que fossem proclamados os resultados. A festa de posse, dada a proximidade dela, seria austera, como convém a uma nação exaurida. Se, no entanto, houver que cumprir todo o ritual dos dois turnos, que então em janeiro, conhecido o resultado final, o presidente Sarney transmita o cargo.

Nada de pessoal nos move nesse raciocínio. Quando de todos os lados se açulam os apetites; quando o funcionalismo civil e militar começa a mexer-se para reclamar paridade com os vencimentos do Banco do Brasil; quando se tem notícia de que mesmo sem congelamento há empresas que cobram *ágio* para fornecer mercadorias, pois não sabem que preço será correto dentro de dez dias; quando a economia vive de sobressaltos — quando todos temem o amanhã, tem um homem o direito de fazer a Nação correr risco, apegado a um juridicismo bacharelesco, a ambições de província? Na fatídica noite de 14 de março de 1985, diz a crônica política, o deputado Ulysses Guimarães foi pressionado para ir reclamar no Supremo seu direito de substituir o presidente Tancredo Neves durante seu impedimento. Apesar das pressões, o presidente da Câmara dos Deputados cedeu seu possível direito em aras da tranquilidade nacional. Por que o presidente Sarney não se inspira nesse exemplo e não faz o mesmo, anunciando à Nação que entregará o Poder tão logo seja conhecido o resultado das eleições? S. Exa. e sua família têm direito a merecido descanso depois de tantos sacrifícios pessoais feitos para assegurar a transição democrática. Ela foi completada — para que o processo se conclua com grandeza, basta que o presidente Sarney se coloque à altura das necessidades históricas e deixe o Poder alguns poucos meses antes do prazo das disposições transitórias. Se fizesse isso, a Nação ser-lhe-ia eternamente agradecida.